

PERSONAGENS ENTRE MARES ATLÂNTICOS: VISÕES DE LUANDA SETECENTISTA

Selma Pantoja*

Recebido 01/06/2013 Aprovado 30/06/2013
--

Resumo: O percurso de vida de alguns agentes sociais da comunidade de comerciantes luandense tem permitido identificar uma série de estratégias e teias que serviram de base para construção de novos espaços de atividades mercantis entre o interior e o litoral da África Central Ocidental. Na primeira metade do século XVIII, no contexto do comércio atlântico de escravos, analiso a trajetória do padre João Teixeira de Carvalho, que nasceu em Benguela, viveu em Luanda, passou alguns anos no Rio de Janeiro e retornou à região africana para o seu cargo de eclesiástico e a atividade de comerciante. A partir de uma série de registros de época, documentação setecentista dos acervos dos arquivos português, angolano e brasileiro, destaco a atribulada vida do padre africano na intenção de um maior entendimento das interações das sociedades daquele litoral ao mundo atlântico.

Palavras-chave: África – Angola – História Atlântica.

Abstract: The life journey of some social agents of the merchant community of Luanda has allowed us to identify a number of strategies and webs that formed the basis for the construction of new spaces for commercial activities between the interior and the coast of West Central Africa. In the first half of the eighteenth century, in the context of the Atlantic slave trade, I analyze the trajectory of priest João Teixeira de Carvalho, who was born in Benguela, lived in Luanda, spent some years in Rio de Janeiro and returns to the African region to his ecclesiastical position and activity merchant. From a series of records of the time, collection of eighteenth-century documentation from Portuguese, Angolan and Brazilian files, I highlight the eventful life of the African priest in an attempt to further understanding of the interactions of the communities of that coast to the Atlantic world.

Keywords: Africa – Angola – Atlantic History.

* Doutora em Sociologia. Universidade de Brasília. *E-mail:* selmaunb@gmail.com

O percurso de vida de alguns agentes sociais da comunidade luandense de comerciantes pode servir para identificar uma série de estratégias e teias que possibilitaram a construção de novos espaços de atividades e conectaram o interior ao litoral, na África Central Ocidental.

Este artigo trata da trajetória de João Teixeira de Carvalho, que nasceu em Benguela, viveu em Luanda, passou alguns anos no Rio de Janeiro e retornou à região africana para ocupar o seu cargo de eclesiástico e de comerciante. Enquanto um percurso Atlântico, a história deste padre está enredada às conexões familiares-políticas-comerciais luandenses. Outro viés de leitura pode ser a de um exemplo de *agency*¹ africana nessas comunidades de mercadores de escravos. O estudo de caso pode ir além do simples conflito de competências, entre ouvidor geral *versus* juiz de fora, ou governador contra o bispo. A partir de registros de época, destaco a atribulada vida do padre africano na intenção de melhor compreender as interações das sociedades daquele litoral ao mundo Atlântico. O caso começou com a nomeação do padre João para o cargo de mestre-escola da Sé. Este fato dividiu a sociedade luandense e gerou uma grande crise durante os anos de 1726 a 1732. A crise produziu uma volumosa correspondência, porém dispersa entre os administradores lusos e eclesiásticos de Luanda e do Rio de Janeiro para Coroa em Lisboa.²

Em História de Angola, Delgado³ menciona, brevemente, o padre João como um herege que conseguiu escapar dos braços da Inquisição de Lisboa. Em 1722, uma Denúncia da Inquisição visitou o forte de Benguela para apurar a acusação de práticas de “feitiçaria” pelo capitão do forte Antônio de Freitas.⁴ A Denúncia cita de maneira ligeira o padre João. Para outros autores, da perspectiva de um estudo preocupado em fazer um histórico dos eclesiásticos em Angola, o caso do padre João exemplifica prontamente um comportamento “escandaloso”.⁵

¹ Conceito usado pelas chamadas teorias do pós-colonial (BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003; SPIVAK, G. **In Other Worlds: Essays in cultural Politics**. Nova York: Methuen, 1987. Utilizo aqui no sentido de habilidade para atuar e desenvolver uma ação.

² Representada aqui pelo Conselho Ultramarino.

³ DELGADO, Ralph. **História de Angola**. Luanda: Banco de Angola, 1949. V. 3. p. 246.

⁴ PANTOJA, Selma. O Senado da Câmara de Luanda no Século XVIII: Lógica dos poderes locais e redes transoceânicas. In: 3ª ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ANGOLA, Luanda. Arquivo de Angola, 2007, **Atas**, Luanda, p. 124-128. No prelo.

⁵ SACCARDO, Graziano. **Congo e Angola: com la Storia dell'antica Missione dei Cappuccini**. Veneza: Curia Provinciale dei Cappuccini, 1982. V. 3. p. 299.

João Teixeira de Carvalho, nascido no sertão de Benguela, foi, durante muitos anos, intermediário nos negócios sertão/litoral, a serviço dos administradores portugueses. Nesta função, também conhecida como pumbeiro, João mediava a transação que levava um soba⁶ a entrar para esfera das autoridades portuguesas, quando, então, assinavam o “contrato de vassalagem”⁷ Por volta de 1706, João Teixeira foi investido como sacerdote do hábito de São Pedro. Para receber as investiduras sacerdotais, sua vida fora averiguada e foi citado com louvor o fato dele ter transformado um grande número de sobas em aliados do governo português. Contudo, sempre teve uma pequena mancha pairando sobre o seu passado: o estigma de cristão-novo. No processo de inquirição para receber o sacerdócio, nada ficou provado contra ele, diziam que era apenas boato. Na qualidade de clero, em Benguela, João Teixeira de Carvalho foi processado sob acusação de comportamento “escandaloso”. Em 1719, o padre foi preso porque “fizera publicamente negocio” com navios “estrangeiros”, atividade chamada na época de comércio ilícito. Entre os objetos apreendidos que foram comprados pelo padre estavam um espreguiçador,⁸ um gabinete,⁹ quarenta e cinco espingardas e cinco caixões de diversas “fazendas”.¹⁰ O padre pagou por toda mercadoria em moeda de ouro, com unidades de prata e marfim. Como não era

⁶ Na documentação do século XVII: “É um título político dos Mbundus, que aparece nos primeiros registros escritos sobre a região da África Central Ocidental”. HEINTZE, Beatrix. **Fontes para a história de Angola do século XVII**. Stuttgart: Verlag Wiesbaden GMBH, 1985. p. 127. Para o século XVIII: “é título que equivale ao de governador, cada província tem muitos sobas que governam os negros seus subordinados; mas com obediência ao capitão-mor do respectivo presídio. Eles aprontam os carregadores, que o capitão-mor lhes pede”. CORREA, Elias Alexandre Silva. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1937. p. 37. Instituição africana, na forma de um título político de chefias locais, comum entre os mbundus. As fontes de época chamam fidalgos negros. Para a região de Benguela as fontes locais sugerem outros nomes, a documentação aqui citadas foram produzidas em Luanda.

⁷ Um contrato que teoricamente funcionava e a esta relação os portugueses chamaram de vassalagem, nome de outro tipo de relação medieval europeia, mas que herdou apenas o nome. Esse termo de uma maneira geral compreendia uma noção enganosa de igualdade e foi a tentativa de enquadrar as relações pré-existentes “costumeiras” africanas. HEINTZE, Beatrix. O contrato de vassalagem afro-português em Angola no século XVII. In: HEINTZE, Beatrix (Org.). **Angola nos Séculos XVI e XVII**. Luanda: Kilombelombe, 2007. p. 391.

⁸ Camilha, catle, ou catre de dormir a sesta. MORAES SILVA, Antonio de. Diccionario da língua portuguesa Lisboa, Typografia Lacerdina, (1789), 1813, p. 765. Para dormir a sesta (BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino, anatômico, architectorio**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v, p. 290); cadeira preguiçosa (HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, Versão 3.0, 2009. 1 CD-ROM).

⁹ Derivado do francês *cabinet*, também significa cama. BLUTEAU, Op. Cit., p. 3-4, v. 4.

¹⁰ Um termo atlântico, usado além do sertão, no litoral africano, americano e europeu. O termo “fazendas” foi vulgarizado como sinônimo de mercadorias. Então, os comerciantes tinham de ter cabedais para comprar e levar (ou entregar aos seus agentes) as “fazendas”, em geral produtos europeus ou

permitido negociar com “estrangeiros” que viessem àquele litoral, foi aberta a investigação que correu por conta dessa acusação. Na sua defesa, o padre João dizia que foi um crime maquinado pelos seus inimigos, os militares da fortaleza de Benguela. Apesar dos testemunhos contrários, os depoimentos a favor do padre, da parte dos colegas da fortaleza, foram decisivos para considerar nula qualquer punição.

Na condição de padre e com fama de cristão-novo, João Teixeira de Carvalho foi para Luanda. No final do ano de 1725, o bispo de Angola solicitou à Coroa a nomeação do padre João para o cargo de mestre-escola da Sé de Luanda. Até então, o cargo de mestre-escola era um posto provido para cleros que serviam na região. Os cônegos pretendentes ao posto resistiram à nomeação, apesar de ter sido confirmada pela realeza. O cônego João de Lima da Mota entrou com recurso, junto ao bispo, alegando impedimentos por parte do padre João Teixeira para assumir tamanha dignidade. Os citados impedimentos eram, além do fato do padre ser negro, ele não saber latim, ter fama de cristão-novo e viver em concubinato. O bispo indeferiu a petição do cônego. Em carta do ano seguinte, o governador descrevia as “perturbações que se acha a terra”; em setembro de 1729 continuava a detalhar o prejuízo daquela nomeação e resumia os impedimentos para o cargo: “[...] não só pelos defeitos do sangue, cor, e procedimento que o inhabilitavam da mesma ocupação, mas por ser um homem revoltoso, concubinado, e inquieto, [...]”¹¹. Por seu lado, o bispo em suas cartas falava em “discórdias” com a perseguição que cônegos e ouvidor faziam ao seu provido ao cargo de mestre-escola.

Os cônegos, agora em Cabido, iniciaram petições para impedir a posse do cargo pelo padre João Teixeira. Segundo o governador, o bispo tinha subornado o padre Francisco de Medeiros, que ocupava então o lugar de mestre-escola da Sé, que cedeu o posto pela quantia de quatrocentos mil reis, paga pelo próprio João Teixeira.

O coronel Antônio da Fonseca Coutinho era figura das mais conhecidas em Luanda e no sertão, pertencia a uma das ricas famílias luandenses, membros da comunidade de mercadores de escravos da região.¹² Ao lado do bispo, o coronel foi o grande aliado do protagonista desse enredo, ao colocar seu poder econômico, militar e influência política a favor do padre João. Por causa da sua atuação na defesa do mestre-escola, o coronel sofreu fortes retaliações. Escreveu muitas cartas ao rei na intenção de

americanos, direcionados ao sertão, para serem trocadas pelas “peças” (escravos). Termo encontrado nos textos mais antigos sobre a região, o mesmo que escravos.

¹¹ Carta do governador Paulo Caetano de Albuquerque, 20/12/1729, ARQUIVO DE ANGOLA (AA). Luanda, Série I e II, Museu de Angola, 1933-1936; Série III – IV 1936-44. V. III, n. 22, p. 57, 1937.

¹² PANTOJA, Selma. Estratégias de vidas, práticas religiosas e comerciais em Luanda no século XVIII. In: 4^a ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ANGOLA. Luanda, Arquivo de Angola, 2010, *Atas*. No prelo.

deter as ações do governador Paulo de Albuquerque, no ataque que este movia ao mestre-escola. Foi graças ao coronel que mais tarde o padre conseguiu reunir uma pesada documentação com os comprovantes e assinaturas dos “graduados” de Luanda para fazer frente às acusações escritas diretamente ao rei português pelo governador e ouvidor geral.

Nesta acirrada disputa formaram-se duas grandes alas, em aparente luta pela posição do cargo de mestre-escola da Sé. À cabeça das duas facções estavam, de um lado, o bispo e, de outro, o governador. A defesa do padre João pelo bispo contava com o apoio do mestre de campo José Carvalho da Costa, do Juiz de Fora Francisco Duarte dos Santos, e do coronel Antônio da Fonseca Coutinho. Na oposição ao padre estavam o governador, o ouvidor geral, o Vigário Geral, a família Matoso de Andrade, os Simões da Silva, os Pinto da Costa e, claro, os cônegos. A própria comunidade religiosa estava dividida em torno do caso, enquanto os capuchinhos tiveram discreta participação no evento,¹³ os carmelitas descalços formavam o *front* dos aliados do padre João. Em 27 de março de 1726, em carta, o bispo acusava o ouvidor Francisco Pereira da Costa como tendo urdido todas as discórdias. O bispo garantia ter sido o ouvidor quem estimulava os cônegos a darem entrada no Juízo da Coroa,¹⁴ solicitando o impedimento da nomeação do padre João e, com isso, tornou-se o “procurador e parcial dos ditos cônegos”. O bispo explicava o motivo do ouvidor geral ter aderido a um dos lados do conflito: Francisco Pereira da Costa possuía má-fama, com prática de injustiças, violência e ambição, acumulando fortunas e aproveitava o episódio do padre João para “conciliar vontades”, daqueles que tinha em outras ocasiões ofendido. Como ele estava “as vésperas de sua residência”,¹⁵ tratava agora de agradar aos filhos das mais prestigiadas famílias luandenses, os cônegos. Esse mesmo ouvidor, três anos depois, não estando mais em Luanda, foi acusado, pelo próprio governador Paulo Caetano de Albuquerque, de enriquecimento ilícito.¹⁶

¹³ Apenas o Vice-Prefeito deu uma carta atestando boa conduta ao coronel Antônio da Fonseca Coutinho, partidário do bispo. SACCARDO, Graziano. **Congo e Angola: com la Storia dell’antica Missione dei Cappuccini**. Veneza: Curia Provinciale dei Cappuccini, 1982. 3v. p. 300.

¹⁴ Instância jurídica que decidia os conflitos entre o poder do Estado e da Igreja.

¹⁵ A chamada Residência era uma ampla investigação que se fazia depois do término da gestão de algum funcionário designado diretamente pelo rei português.

¹⁶ Carta do governador Paulo Caetano de Albuquerque à carta régia que o advertia ser-lhe vedado intrometer-se na administração da Real Fazenda. 20/12/1729. AA. Luanda, v. II, n. 7 e 8, p. 26, abr/maio 1936.

Como forma de negar a posse do padre, os cônegos não o admitiam no coral e “negavam-se a rezar com o mestre-escola”. Na ofensiva, o bispo ameaçava prender e degredar os mais rebeldes. Em junho de 1727, os cônegos seguem com uma segunda petição ao rei, onde aguardavam as providências reais pelas “atitudes violentas” da parte do bispo. O padre João faz uma petição ao rei cobrando a sua “ordinária” como mestre-escola, enquanto não recebia pelo seu atual cargo.¹⁷ Nesta correspondência, ele acusava o governador de não querer pagar-lhe o auxílio a que tinha direito. Foi justamente em resposta a sua petição que o rei ordenou ao ouvidor pagar a tal “ordinária,” e tudo o que foi retirado ao padre João. Em relatório à realza, o governador continuava a acusar o padre João de um “comportamento escandaloso”, reforçando os conhecidos impedimentos. Explicava o governador que o padre tinha defensores, como o Juiz de Fora, o bispo e o coronel, e era “pelas grandiosas ofertas que lhes fez, e continuas despesas que com as suas casas faz”, que garantia esses apoios. São acusações que foram posteriormente rebatidas, por cartas, da parte dos defensores do padre João. Sobre a acusação de cristão-novo, dizia o bispo que as averiguações, tanto em Benguela como em Luanda, inocentaram o padre e que vieram à tona novamente por conta do ódio dos partidários do governador. Diante da continua oposição, o bispo penaliza com multas os cônegos resistentes e na mesma época escreve ao rei pedindo a suspensão das cômguas dos dois cônegos. Como as resistências se mantiveram, o bispo acaba por condenar os cônegos a quatro anos de degredo para São Tomé. Em reação, o governador dizia que a realza precisava delimitar o âmbito de poder do Juízo da Coroa, que, afinal, servia para dirimir conflitos entre os súditos e as atuações do eclesiástico. Por seu lado, o bispo alegava que o Juízo da Coroa não podia intrometer-se nas prisões, degredos e condenações que o juízo eclesiástico quisesse fazer.

O bispo e o coronel afirmavam que as histórias contra o padre João eram uma trama e, para isso, apresentaram uma série de documentos jurídicos que comprovavam a inocência do padre e provavam o ódio do ouvidor ao mestre-escola. O documento mais convincente foi a folha corrida passada nas fortalezas. Em julho de 1729, o bispo e o coronel conseguem reunir preciosa documentação de defesa: um abaixo-assinado dos presbíteros da ordem de São Pedro, uma declaração do Senado da Câmara e um abaixo-assinado com os mais importantes comerciantes de Luanda, todos inocentando o padre

¹⁷ Além da confirmação com a nomeação real, para receber a cômgrua necessitava de Carta de

João. Os membros do Senado afirmavam que o processo do padre obteve parecer favorável nos tribunais da Bahia e de Lisboa comprovando ser ele de “sangue limpo” e de bom procedimento. A declaração veio assinada pelos três vereadores.¹⁸ Em seguida vinha em sua defesa a declaração, com o mesmo teor e com mais de vinte assinaturas de “graduadas gentes” da cidade de Luanda. Finalmente, o documento certificando o bom procedimento do mestre-escola, da parte da Ordem de São José, explicava que, no início, não acreditaram na inocência do mestre-escola; depois da folha corrida, passaram a defendê-lo e que as petições contra que apareceram com a assinatura deles eram falsas. O governador acusava o padre João de subornar o bispo, ouvidor e coronel com presentes, garantindo assim o apoio dessas autoridades em Luanda. Enquanto do outro lado, o bispo e o juiz de fora alimentavam os ataques contra os aliados do governador, alegando que este último morava nas casas de Manoel Matoso de Andrade, servindo-se dessa família poderosa para seu conforto.¹⁹ O bispo informava ainda que o preço do apoio irrestrito dado pelo governador aos cônegos incluía os donativos de “oito negros peças d’índias e oito pontas de marfins”.²⁰ O governador informava ao rei que continuava tensa a situação entre bispo e cabido, dizia ter criado uma comissão, composta de gentes “graduadas da cidade”, para decidirem o que fazer com o mestre-escola. Nesta correspondência, o governador insinuava a necessidade de retirar o padre João de Luanda, antes que ele fugisse para o sertão, pois ouvira dizer dos preparativos da fuga para Benguela.²¹

Em 12 de março de 1729, uma carta régia chegou a Luanda e “andou por várias mãos”. Seu conteúdo informava que fora anulada a nomeação do padre João ao cargo de mestre-escola da Sé.²² Pela distância e lentidão da burocracia, somente em 16 de dezembro de 1729 chegou a carta régia a Luanda, que advertia ao governador para o fato dele não ter provas suficientes para banir o padre João para fora do reino de Angola, lembrando que o cargo de mestre-escola da Sé tinha sido referenciado pela Mesa do Desembargo do Paço. Pedia o rei ao governador menos paixão e mais fatos. Cinco meses depois, em 22 de maio de 1730, tempo curto na correspondência Luanda-

Apresentação e Alvará de Mantimentos. AA. Luanda, v. II, n. 22, p. 145, jul. 1937.

¹⁸ João Rodrigues de Mattos, Manoel Caetano Teixeira de Macedo, Manoel Moreira Rangel.

¹⁹ Em 10/12/1733 faleceu o governador Paulo Caetano de Albuquerque e residia então em uma das casas do rico comerciante de escravos, Manoel Matosos de Andrade.

²⁰ Doc. 112, cx. 24, 16/03/1730, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

²¹ AA. Luanda, v. III, t. 5, p.164, 1937.

Lisboa, o governador informava ao rei “do fim das proezas do padre João”, que o mandara degredar para o Rio de Janeiro.²³ Em seu relato dos acontecimentos dizia que: “[...] aconselhados dos homens doutos tomei a resolução por evitar danos de grande conseqüências transporta-lo para o Rio de Janeiro, assim pelo que refiro com por estar de caminho para o sertão de Benguela [...]”.²⁴ Embora tenha dito que sua ação resultava dos conselhos “dos doutos”, em dezembro de 1729, a Junta criada pelo próprio governador, composta pelas altas hierarquias religiosas locais, o juiz de fora e o novo ouvidor votaram contra o “extermínio” do mestre-escola, mesmo assim a “vontade e paixão” guiaram as ações do governador Paulo de Albuquerque.

Entre os papéis da casa do padre, diz o governador, encontrou os rascunhos das cartas que o bispo escrevia contra ele e que estavam com a letra do padre João, concluindo que o bispo assinava tudo que o padre pedia. Na busca, na casa, foram encontradas também cartas do coronel Antônio da Fonseca Coutinho. O governador Paulo Caetano ordenou a prisão do tenente-coronel e no mesmo documento fez um “termo sobre a desobediência daquele coronel”.²⁵ No ano de 1731, informa que Antônio da Fonseca tinha desertado do posto de tenente e achava-se sentenciado.²⁶ Em meio às papeladas nas casas do padre João, também foram encontradas algumas cartas do Juiz de Fora, Francisco Duarte dos Santos, que denunciavam os procedimentos do governador. Diante da solicitação do governador para prender o Juiz de Fora, o novo ouvidor negou-se dizendo não caber no Regimento nenhuma causa em serviço real. O governador, ao informar ao rei da atual situação de sossego da cidade, diz que o bispo veio se desculpar argumentando que estava influenciado pelo padre João que, por ser um feiticeiro, tinha feito magia para perturbá-lo.²⁷ Em carta seguinte o governador contava da “transferência” para o Pernambuco do Juiz de Fora; lamentava contudo que o rei tivesse dado uma nomeação ao tenente-coronel Antônio da Fonseca Coutinho, promovendo-o a mestre de Campo.²⁸

O navio que levou o mestre-escola da Sé de Luanda, João Teixeira de Carvalho, ao Rio de Janeiro acabou por se desviar do porto e deu à costa e o Padre João fugiu. Segundo o governador do Rio de Janeiro, Luis Baía Monteiro (1725-1732), “[...] antes do navio dar à costa [o padre] já se tinha lançado em terra e que de propósito se deu

²² AA. Luanda, v. III, t. 5, p.151, 1937.

²³ AA. Luanda, v. III, t. 5, p.169, 1937.

²⁴ Códice n.1, p. 96, 1726 – 1732, Arquivo Histórico de Angola (AHA).

²⁵ Cód. n. 3261, p. 235, 1722-1732, AHA.

²⁶ Cód. n. 1, p. 39-40, 1726-1732, AHA.

²⁷ AA. Luanda, v. 3, n. 22, p. 166, 1937.

²⁸ Doc. 83, cx 25, 13/09/1730, AHU. Título *ad honorum*.

com o navio na costa”.²⁹ Na sua contínua correspondência com o colega de Angola, entre suas queixas de achaques e lamúrias do cargo, o governador do Rio fornecia algumas notícias do provável paradeiro do padre João. Dizia ter ouvido falar que o padre “teria se passado” para Campos de Goitacazes. Em outra correspondência já afirmava que iria procurar saber, por meio dos seus olheiros, o paradeiro “daquele velhaco”. Em carta seguinte, o governador do Rio, entre trocas de remédios para os achaques de ambos, afirmava que o padre teria ido para a capitania da Paraíba do Sul e dela para Bahia.³⁰ Em carta de 13 de março de 1731, Luis Baía apresentou nova versão do paradeiro do padre João Teixeira de Carvalho, que segundo ele, teria embarcado para Lisboa.

O governador do Rio de Janeiro era conhecido por o Onça, segundo alguns historiadores por conta de sua gestão virulenta, para outros estudiosos, a alcunha veio por ser antiquado no modo de gerir a administração da cidade.³¹ Esse perfil do governador se completa com os muitos conflitos com os camaristas cariocas, os religiosos e homens de negócios locais, e foi certo que teve ataques e alucinações dentro de seu palácio. Enquanto escrevia para o seu colega em Luanda, com a hipótese de um distante paradeiro do padre João, o desafeto do governador de Angola estava bem ao lado da residência do mais alto administrador da cidade, no Convento do Carmo. No Rio de Janeiro o convento do Carmo ficava no coração da cidade, bem ao fundo do Paço Imperial, vizinho de onde o governador escrevia sua carta ao colega de Angola, e também era de onde o Padre de Benguela enviava suas cartas ao rei de Portugal defendendo-se das acusações sofridas em Luanda. A curta temporada de João Teixeira de Carvalho na cidade do Rio de Janeiro foi uma estadia entre os carmelitas, que naquela cidade transformaram-se no seu esteio.³² Em 1730, o governador Luís Baía enfrentava a rebeldia dos padres da ordem de São Bento, da ordem do Carmo e os que ele chamava de capuchos, e desses conflitos o que mais perdurou e chegou ao final do século num grande processo foi o do convento do Carmo em 1783.³³

²⁹ Cód. 84, p. 99, v. 4, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ).

³⁰ Carta para o governador de Angola, Cód. n. 84, p. 61-2, 13/10/1730, v. 4, (ANRJ).

³¹ Daí que a expressão teria ganhado o sentido de: no tempo do onça? (TOPA, [S.I.]

³² Doc. 44, cx. 26, AHU.

³³ Devassa feita pelo escrivão da Ouvidoria Geral do crime, da Relação da cidade do Rio de Janeiro, contra os frades do convento de Nossa Senhora do Carmo. Cód. n. 1064, ANRJ.

Em 1731, o padre João, diretamente do Rio de Janeiro, escreveu ao rei solicitando, por meio do Conselho Ultramarino, a apuração das acusações que lhe foram imputadas pelo governador de Angola.³⁴ Em 25 de agosto de 1732, João Teixeira de Carvalho retoma a posse de sua cômputa e das anteriores em Angola, e é perdoado e ressarcido dos danos.³⁵ Em 24 de janeiro de 1733, o governador de Angola, Rodrigo César de Menezes, informava ao rei que:

O cabido da Sé desta cidade deu prontamente execução a ordem de VM metendo de posse pacificamente ao padre João Teixeira de Carvalho do mestre-escola de que estava fora, e fica exercitando com posto geral dos mais companheiros da dita Sé, o que me pareceu representar a VM para abono da obediência que mostrarão os ditos cômputos, e sujeitando-se como leais vassallos a cumprirem as reais ordens de VM.³⁶

Algumas questões devem ser colocadas diante deste longo caso de disputas na cidade de Luanda. Não seria por um mero cargo de mestre-escola da Sé que facções familiares entraram em tão cerrada luta, embora fossem todos parentes entre si. Encobria as posições apaixonadas de grupos de interesses que iam além do fato de excentricidade da parte de um bispo em suas preferências por nomear padres os “naturais da terra”. Para esse fim, será necessário estender a compreensão além Luanda.

Os conflitos em Luanda podem ser relacionados diretamente com os cargos nas fortalezas se lembramos a importância nas trajetórias dos comerciantes/militares de escravos em ocuparem os estratégicos postos dos então chamados presídios do sertão. As fortalezas tinham a função de manter os fluxos do comércio entre sertão e litoral. Eram lugares de enriquecimento rápido, garantia de chegar rico a Luanda.³⁷ Para entender essa conexão tão direta, interessa olhar mais atentamente a importância de Benguela nessas iniciais décadas do século. A região costeira de Benguela naquele período foi o palco de movimento crescente como porto de escoamento dos escravos obtidos pelas guerras contra as autoridades africanas na região. A luta era por lugares nos postos das fortalezas “florescentes”, como de Benguela e Caconda, que moviam as

³⁴ Doc. 121, cx. 25, AHU. Carta Patente, L. 7, f. 159, 21/06/1729, Chancelaria de D. João V (próprios), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

³⁵ Doc. 96, cx. 26, 27/08/1732, AHU. Provisão real, 05/08/1732, em que se declara válida a nomeação do mestre-escola da Sé de Luanda, João Teixeira de Carvalho. Cód. 543, v. 4, ANRJ. Provisão anterior, 24/08/1731, anulava o sequestre da lancha vinda de Loango, com escravos e “fazendas” do padre João. Cód. 543, V. 4, ANRJ.

³⁶ Doc. 10, cx. 27, 24/01/1733, AHU.

vidas dos mercadores de escravos de Luanda. Os acontecimentos luandenses eram apenas a ponta de lança de cenários bem mais violentos, onde eram travadas as verdadeiras guerras.

O lugar de um “clero da terra” neste cenário seria completamente secundário, se não fosse ele um importante comerciante, em posição estratégica para o negócio de escravos entre o litoral e o sertão, como foi o caso do padre João Teixeira de Carvalho.

³⁷ PANTOJA, Selma. Estratégias de vidas, práticas religiosas e comerciais em Luanda no século XVIII. In: 4^a ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ANGOLA. Luanda, Arquivo de Angola, 2010, *Atas*. No prelo.

Referências bibliográficas:

Arquivos de Angola. Luanda (AA), Série I e II, Museu de Angola, 1933-1936; Série III – IV 1936-44.

BAL, Willy. Portugais Pombeiro ‘commerçant ambulant du sertão’. In:____. **Afro-Romanica Studia**. Albufeira: Edições Poseidon, 1979. p. 61-93.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BIRMINGHAM, David. Angola e a Igreja: uma taxonomia de arquivos eclesiástico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA. CONSTRUINDO O PASSADO ANGOLANO: AS FONTES E A SUA INTERPRETAÇÃO, 2., 2000, Lisboa/Angola. **Atas...** Angola: CNCDP, 2000. p. 257-279.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino, anômico, architectorio**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

CADORNEGA, António de Oliveira. **História Geral das Guerras Angolanas: 1680**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3 v.

CASTELOBRANCO E TORRES, J.C. Feo Cardozo. **Memorias contendo a biographia do vice almirante Luiz da Motta Feo e Torres: a historia dos governadores e capitaens generaes de Angola, desde 1575 até 1825 e a descrição geographica e politica dos reinos de Angola e de Benguella**. Paris: Fantin, 1825.

CORREA, Elias Alexandre Silva. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1937. 2v.

DELGADO, Ralph. **História de Angola**. Luanda: Banco de Angola, 1949. 4 v.

GUATTINI, Michelangelo; CARLI, Dionigi. **La mission au Kongo**. Paris: Chandeigne, 2006.

HEINTZE, Beatrix. O contrato de vassalagem afro-português em Angola no século XVII. In: HEINTZE, Beatrix (Org.). **Angola nos Séculos XVI e XVII**. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HEITZE, Beatrix. **Fontes para a história de Angola do século XVII**. Stuttgart: Verlag Wiesbaden GMBH, 1985.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, Versão 3.0, 2009. 1 CD-ROM.

MILLER, Joseph. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1988.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado**. Lisboa: Typografia Lacerdina, (1789), 1813.

PANTOJA, Selma. Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**: dossiê inquisição África. Lisboa, ano 3, n. 5/6, p. 117-136, 2004.

PANTOJA, Selma. O Senado da Câmara de Luanda no Século XVIII: Lógica dos poderes locais e redes transoceânicas. In: 3^a ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ANGOLA, 2007, Luanda. **Atas...** Luanda. No prelo.

PANTOJA, Selma. Estratégias de vidas, práticas religiosas e comerciais em Luanda no século XVIII. In: 4^a ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ANGOLA, 2010, Luanda, **Atas**. No prelo.

RIBAS, Óscar. **Dicionário de regionalismos angolanos**. Lisboa: Contemporânea, 1997.

SACCARDO, Graziano. **Congo e Angola: com la Storia dell'antica Missione dei Cappuccini**. Veneza: Curia Provinciale dei Cappuccini, 1982. 3v.

SPIVAK, G. **In Other Worlds: Essays in cultural Politics**. Nova York: Methuen, 1987.

TOPA, Francisco. **A Sátira depois da morte**: um testamento em verso do governador Luís Baía Monteiro, o Onça. [S.I.] Disponível em: <<http://web.lettras.up.pt/ftopa/Artigos%20Brasileira-Pdf/Testamento%20de%20Baía%20Monteiro.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2011.